

Sol.º nº 30/66

A Câmara Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, Decretou e Eu Prefeito do Município sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - As rendas provenientes dos serviços de natureza industrial, comercial e civil prestados pelo Município em caráter de empresa e suscetíveis de serem explorados por empresa privada, são, para os efeitos desta lei, consideradas dos preços.

Art. 2º - A fixação dos preços para os serviços que sejam monopólio do Município terá por base o custo unitário.

Art. 3º - Quando não for possível a obtenção do custo unitário, a fixação far-se-á levando-se em consideração o custo total do serviço verificado no último exercício encerrado, a flutuação nos preços de aquisição dos fatores de produção do serviço e o volume de serviço prestado no exercício encerrado e a prestar no exercício considerado.

§ 1º - O volume de serviço, para efeito do disposto neste artigo, será medido, conforme o caso, pelo número de utilidades produzidas, pelo número de ligações feitas ou pela média de usuários atendidos.

§ 2º - O custo total, para efeito do disposto neste artigo, compreenderá custos de produção, manutenção e administração do equipamento e expansão do serviço.

Art. 4º - Quando o Município não tiver o monopólio do serviço, a fixação do preço será feita com base nos preços do mercado.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a fixar

os preços dos serviços até o limite de recuperação do custo total; a fixação dos preços será feita com, digamos, além desse limite dependerá de lei autorizativa da Câmara Municipal.

Parágrafo único. O Executivo publicará anualmente uma relação dos preços fixados para os serviços.

Art. 6º - O sistema de preços do Município compreende os seguintes serviços, além de outros que vierem a ser prestados:

I - de água;

II - de esgotos;

III - de matadouros;

IV - de mercados, feiras, e entrepostos;

V - de assistência hospitalar.

Art. 7º - O não pagamento dos débitos resultante do fornecimento de utilidades produzidos ou de uso das instalações mantidas pela Prefeitura, em razão da exploração direta de serviços municipalizados, acarretará, decorridos os prazos regulamentares, o corte do fornecimento ou a suspensão do uso.

Parágrafo único. O corte do fornecimento ou a suspensão do uso de que trata este artigo é aplicável, também, nos casos de infrações outras praticadas pelos consumidores ou usuários, persistentes em posturas ou regulamentos próprios.

Art. 8º - O despejo de ocupantes de espaços em mercados, ou de prédios e terrenos municipais, equipara-se às penalidades previstas em posturas e regulamentos próprios.

Art. 9º - As penalidades não aplicadas, conforme o caso, apenas quanto aos pagamentos que devam ser feitos, a posteriori e após apropriados os depósitos, cauções ou fianças feitas como garantia do consumo ou uso.

Art. 10º - Aplicam-se aos preços, no tocante a lançamentos, cobrança, pagamento, substituição, domicílio e obrigações acessórias dos usuários, divida penalidades e processos fiscal as disposições do Código Tributário.

Art. 11.º - O órgão incumbido da administração do serviço expedirá os regulamentos, portarias, circulares e ordens que se fizerem necessários à execução desta Lei.

Art. 12.º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data, digo, a partir de 1.º de janeiro de 1.967, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Jaguapitã, em 14 de dezembro de 1966.

Prefeito do Município.

Secretário